

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DO IDEÁRIO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

Eraldo Leme Batista¹
Jorge Uilson Clark²
Caio Augusto Toledo Padilha³

Ao nos reportamos ao eixo temático “educação e trabalho”, centralizados na realidade brasileira, nos vemos diante de um exercício de análise histórica que fatalmente nos remete ao período nacional-desenvolvimentista (1945-1964). Este, caracterizado pela introdução de uma lógica de desenvolvimento fundamentada por um processo de grande aceleração do crescimento econômico e pela implementação de um programa contínuo de industrialização no país.

A partir da criação desse cenário, viu-se uma tendência das políticas públicas a darem maior ênfase à importância da educação como instrumento de capacitação e qualificação de mão-de-obra para o recente processo de industrialização instaurado no Brasil, foi o que se viu em grande escala, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), constantemente caracterizado a partir de seu slogan “50 anos em 5”, onde prometia-se cinquenta anos de desenvolvimento para cinco anos de mandato.

Para a devida abordagem das políticas públicas educacionais relacionadas à questão do trabalho no governo Juscelino, é necessário rememorar os anos anteriores à era JK e contextualizarmos o Brasil, dos anos trinta, quarenta e cinquenta. Períodos que trouxeram à tona a discussão sobre educação e a importância de se industrializar um país que até então era quase em sua totalidade agrário, reafirmando as bases capitalistas no território nacional.

O desemprego e a grave crise econômica gerada a partir da Grande Depressão e da queda da Bolsa de Nova York, evidenciaram a necessidade de grandes mudanças no eixo da

¹ Doutorando pela Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Grupo de Pesquisa: HISTEDBR. E-mail: eraldo_batista@hotmail.com

² Doutor em História da Educação HISTEDBR/Unicamp. E-mail: jorgeclark1@yahoo.com.br

produção econômica na década de 1930, gerando a transição do modelo econômico agro-exportador para o de produção industrial. Essas mudanças (amparadas pelo governo Vargas, a partir do investimento em indústrias pesadas) favoreceram o desenvolvimento de algumas regiões do país, entre elas a de São Paulo, Rio de Janeiro e outras que acompanharam o incremento do processo de industrialização e as conseqüentes transformações urbanas e sociais, abrindo a possibilidade social na estrutura de classe brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho e de consumo.

Neste contexto de expansão das forças produtivas, a educação escolar transformou-se num instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma parcela da população que almejava um lugar nesse processo. Mas para que isso ocorresse de forma significativa, durante o período de 30 e posteriormente no início dos anos 40 do século XX, várias reformas educacionais foram realizadas, tanto por parte da União quanto dos Estados, entre elas a Reforma Francisco Campos e a Reforma Capanema.

Ainda nessa época começaram a se destacar grande parte dos intelectuais que pensaram a educação contemporânea no país, entre os quais Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, que além de criarem as bases do ensino superior no país, contribuíram para a formulação de políticas públicas educacionais que culminaram posteriormente na construção da primeira LDB. Desse elenco de intelectuais, destaca-se a presença de Anísio Teixeira na constituição de órgãos públicos como o INEP.

Dentro dessa atmosfera intensa de contribuições intelectuais e da necessidade de se introduzir um programa de industrialização no país, surge à possibilidade de inserção de capital estrangeiro no Brasil, a partir da decisão de Getúlio Vargas (ainda chefe de estado sob as égides do Estado Novo) pela entrada dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial apoiando os “Aliados”. Em contrapartida, o Brasil receberia recursos para o investimento em industrialização e o atendimento a algumas de suas principais demandas sócio-econômicas.

Porém, não coube à Vargas, a aplicação desses recursos, vez que fora deposto. Mesmo tendo sido substituído por José Linhares, então Ministro do Superior Tribunal

³ Bolsista de Iniciação Científica, pela grupo de pesquisa, Historia da Educação no Brasil – HISTEDBR. E-mail: padilha.caio@hotmail.com.

Federal, seu legítimo sucessor foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito por uma coligação que envolvia PSD e PTB (ambos com quadros pertencentes ao antigo governo Vargas e que com a redemocratização do país, se encaixaram nas novas agremiações). A Dutra fica a missão de aplicar os recursos oriundos do capital externo e de normalizar a situação política do país.

No governo Dutra, houve uma forte tônica nacionalista nas políticas públicas. Trazendo forte contribuição do liberalismo em seu plano de governo, Dutra limitou a intervenção do estado na economia e investiu nas áreas da assistência médica, alimentícia, transporte e energia, mas pouco investira em educação, através do então denominado plano SALTE, que previa investimentos nas áreas supracitadas. Embora tivesse garantia da entrada de recursos estrangeiros, o então Presidente foi obrigado a limitar o campo de atuação da sua política econômica dada à situação que o país se encontrava. É o que nos mostra Bastos:

“A política econômica do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) pode ser descrita por um pêndulo. Inicialmente, a prioridade recaiu sobre um plano de estabilização inflacionária (limitação do gasto público, controle do crédito) apoiado em reformas liberais (abertura comercial e financeira) e estabilidade do câmbio nominal. O diagnóstico da inflação culpava heranças intervencionistas do Estado Novo, de maneira que controlar os preços exigia liberar mecanismos de mercado e limitar influências nocivas do governo. Aproximadamente em metade do mandato, uma crise cambial forçou o governo a voltar atrás na abertura comercial para defender reservas cambiais e resguardar importações essenciais, embora sem reverter à abertura financeira inicial. O governo procurou defender a taxa de câmbio limitando importações pouco essenciais, evitando o impacto inflacionário de uma depreciação cambial. Isto protegeu o mercado interno para a produção substitutiva de importações, que seguiu seu curso à medida que o governo procurava retirar “gargalos” (escassez de divisas, crédito e infraestrutura).” (BASTOS, 2003)

Não foi só uma grave crise econômica que o governo Dutra enfrentou, coube ao então Presidente o papel de recolocar o país no campo democrático, elaborando a Constituição de 1946. Ao final do seu mandato, o Marechal sofreu uma grande derrota eleitoral para Getúlio Vargas, visto que Cristiano Machado (seu candidato), acabara abandonado pelo próprio partido, o PSD de Dutra, em detrimento da força política de Vargas.

Vargas voltara ao poder, amparado por grande parcela da população. Embora não mais tivesse plenos poderes como no Estado Novo, a tendência da gestão era a de centralização e a partir dessa característica, impulsionou-se a industrialização a partir da criação do BNDE, que tornara-se o principal órgão financiador das iniciativas industrializadoras (ARVIN-RAD, WILLUMSEN e WITTE, s/d).

Coube também a Getúlio, a retomada do investimento em indústrias pesadas e a criação de empresas estatais, como a Eletrobrás e a Petrobrás, que impulsionaram a lógica desenvolvimentista e acrescentaram o teor nacionalista a esse campo de realizações. Porém, ao contrário do que ocorrera no seu primeiro governo, não há mais uma intensa preocupação com o investimento e o fortalecimento de uma política voltada para a educação, embora seu governo ainda fosse o pano de fundo para uma polêmica discussão envolvendo concepções de educação e modelos públicos (defendidos em grande parte pelos escola-novistas) e privados (defendidos pelos católicos) desta. (GOMES, s/d).

Além dessas discussões, o início dos anos 1950 trouxe a tona entre os intelectuais, a discussão do ideário nacional-desenvolvimentista. Instalados no poder, de um lado posicionavam-se os desenvolvimentistas pertencentes aos quadros do ISEB, do outro, os pragmáticos pertencentes ao INEP. Ambos objetivavam a criação de um projeto que modernizasse o país, é o que nos mostra Chaves:

“...mostra como o desenvolvimentismo e o pragmatismo, por meio do Exiba e do Impe no Brasil dos anos 1950, contribuem para a formulação de uma política econômica, social e educacional voltada à construção de uma nação mais moderna e desenvolvida. (...) procura identificar sucintamente a forma como essas duas ideologias se constituíram entre os educadores do INEP, de um lado, e sociólogos, historiadores e economistas do Exiba, de outro” (CHAVES, 2006).

Esse debate em torno de um projeto modernizador para o país se acentuou em fase posterior ao suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Diante da grave crise política instaurada a partir do fatídico acontecimento, alguns setores da sociedade se concentraram na criação de um novo projeto político para o país, que constituísse um caráter reformador e que solucionasse os grandes problemas brasileiros da época: alta inflação, desemprego, deterioração das relações de trabalho devido aos baixos salários e péssimas condições

oferecidas e ausência de políticas públicas que visassem à integração das diferentes regiões do país.

Postulam-se entre as principais opções para o pleito de 1955, as principais forças políticas da época. De um lado, PSD e PTB, que optaram pela manutenção da aliança realizada em 1945 com a vitória de Dutra e que acabou se concretizando informalmente ainda no pleito de 1950, onde apesar de ter lançado candidato próprio, o PSD acabou migrando para a candidatura Vargas e participando da sua base de apoio. Do outro lado, a UDN, partido oposicionista e bem estruturado, que contava com grande simpatia da classe média urbana e de boa parte dos meios de comunicação. Nesse cenário, também figuravam partidos como o PSP de Adhemar de Barros e o PRP de Plínio Salgado.

PSD e PTB, lançaram o nome do então Governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek como candidato a Presidente, tendo como companheiro de chapa (em eleição separada), o ex-Ministro do Trabalho João Goulart. A UDN, que cogitara o lançamento da candidatura do então Governador de São Paulo Jânio Quadros, optara por apoiar a candidatura democrata-cristã do militar Juarez Távora, então chamado de “vice-rei” do Norte, devido à sua boa penetração eleitoral na região. Na coligação formada por PDC, UDN, PL e PSB, Távora teve como companheiro de chapa, Milton Campos, ex-Governador de Minas Gerais.

Completaram o quadro sucessório, o ex-Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, candidato pelo PSP, tendo como companheiro de chapa o Ex-Ministro Danton Coelho, participante do governo Vargas e por fim, Plínio Salgado, apoiado por antigos integralistas e pelo seu partido, o PRP. Esse conjunto de candidaturas transmitiu grande equilíbrio à disputa, que teve ainda iniciativas golpistas e manifestações de apoio à exclusão da candidatura de Kubitschek e posteriormente ao seu não empossamento.

Juscelino é eleito, assumindo em 1956, e deu continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico em desenvolvimento desde a Era Vargas, com mudanças nas diretrizes com a inclusão do capital internacional. Esse é um período reconhecido pelas liberdades democráticas e pelo desenvolvimento industrial, visando, através do Plano de Meta e do slogans 50 anos em 5, à construção de uma infra-estrutura que incluía estradas, transportes, redes de energias e a construção de Brasília. Para que levasse a cabo essa série

de construções seria necessário à entrada de capital estrangeiro, na forma de empréstimos e de investimento.

Entretanto, o Plano de Metas de Juscelino, desde o início não contemplava à educação, só aconteceu por insistência do Ministro Clovis Salgado, e quando foi criado ocorreu dentro do espírito de empreendimento da época, ou seja voltado para o desenvolvimento, sendo constituído s de medidas administrativas relacionadas a todos os níveis de ensino, numa atitude de subserviência assumida, o ensino de segundo grau voltou-se para a formação profissional, a fim de atender às indústrias estrangeiras que o governo esperava que se instalasse no Brasil.

A grande maioria das montadores de equipamentos e veículos que aqui se instalaram não implementaram pesquisas e nem desenvolveram tecnologias, pois tudo se concentrava nas matrizes, de maneira que o Plano de Metas que tratava da educação para o desenvolvimento constava os objetivos primários. Conforme cita Oliveira (1955)

A Educação para o Desenvolvimento é o quinto tema básico de nosso Plano Nacional de Desenvolvimento. A formação de elites dirigentes capazes de interpretar com objetividade as peripécias de nossa luta pela conquista de um continente tropical e o processo histórico de nossa formação social, e de influir, com novas táticas, no destino dessa luta e desse processo: a educação de elites e de massas para a realização de novas tarefas, impostas por novas forma sociais e novas técnicas de vida econômica, eis o objetivo a que nos impelem as circunstâncias do momento que vivemos. A suscitação acelerada de uma inteligência numerosa e de alto padrão de cultura e objetividade, constituída de homens aptos a dirigir e criar, dentro das atividades econômicas de administração e de política, deve constituir motivo de um esforço planejado, que oriente nossa juventude para o campo das atividades de maior importância e para as profissões de que mais necessitamos. (OLIVEIRA, 1955, p.41)

O objetivo da educação do governo JK ficava bem claro, primeiro formar as classes dirigentes para que influísse de forma positiva no destino do país, segundo dar aos trabalhadores e seus filhos um ensino técnico e de especialização para que esses pudessem desempenhar funções dentro do mundo produtivo com mais eficácia e qualidade, principalmente nas fábricas automobilísticas que se instalavam no Brasil. Entretanto, se no setor industrial o Governo de Juscelino teria êxito, as atividades no campo deixou a desejar desqualificou os trabalhadores, mas tanto as atividades industriais, como qualquer outra atividade de trabalho ligada ao desenvolvimento do capital no Brasil caracterizou pela

desqualificação do trabalhador. A esse respeito Kuenzer, tomando por base a crítica feita por Marx, vai assim afirmar (1995):

A história da formação do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação. Fato esse apontado por Marx e que permanece encoberto nas obras economistas burguesa, cujo discurso é o da qualificação como resultado para o desenvolvimento do capitalismo. Para explicar esta história, Marx remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo de produção caracterizado por determinadas relações de produção que trazem, como um dos resultados a exploração do trabalho humano e a sua alienação. (KUENZER, 1995, p.32).

No Manuscrito Econômico, Marx se preocupa com o trabalho que para ele é a forma fundamental para a sobrevivência humana, mas, ao mesmo tempo em que a produção insere o indivíduo socialmente, e é essencial para a sua subsistência, o trabalho aliena o trabalhador, afastando daquilo que é sua criação e produção é transformada em mercadoria, cujo valor, não propriamente satisfaz o trabalhador e sim, o capitalista. Essa condição era facilmente verificável pelas condições que foram implantadas as indústrias no Brasil.

Ao se privilegiar mais o capital, fez com que o indivíduo fosse colocado em segundo plano, passando o homem ser definido apenas pelo aquilo que ele produzia, sendo as condições de educação, consequência de sua atividade de trabalho e as oportunidades surgidas resultado da especialização técnica, ou seja, adequação desse trabalhador a uma especialidade existente no mundo do trabalho.

Para aqueles que não reuniam as condições de investir em sua formação profissional, só restava à marginalização, foi o que aconteceu no Brasil da década de 50 e 60, apesar do discurso pelo desenvolvimento, e da expansão industrial, que aumentou as possibilidades de emprego, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, isso não significava aumento de oportunidades e absorção de mão de obra, por outro lado, não inverteu o quadro de desigualdades sociais, pois em algumas regiões mais pobres, como a do Norte e Nordeste, onde as indústrias não haviam chegado e viviam mais da agricultura, o desfavorecimento industrial dessas regiões contribuiu para aumentos o fluxo imigratório para as regiões mais industrializadas, o êxodo rural descontrolado fez aumentar a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais do Sudeste do país, devido principalmente à marginalização desses imigrantes que não conseguiram ser absorvida pelas indústrias,

tornando-se mão de obra ociosa e marginalizada, e também, em virtude da desqualificação profissional.

Os pontos positivos na educação do Governo de Juscelino foi à criação da Universidade de Brasília – ou ao menos apresentou ao Congresso a proposta de sua criação – e estimulou a formação de cursos superiores voltados para a administração. Havia justificativas para essa escolha. Em termos mais gerais, acreditava-se que, com uma elite bem preparada, o país se beneficiaria e poderia estender progressivamente a educação ao conjunto da população. De um ponto de vista mais específico, a implementação de um programa de desenvolvimento implicaria a racionalização e a modernização administrativas do país, o que exigia uma formação especializada, conforme apontamos acima.

Observa-se nesse período que o chamado desenvolvimentismo vai estar presente em vários setores da sociedade, com o significado de incrementar o progresso e o desenvolvimento. Desse modo, segundo Iglesias (1993):

Tornou-se moda o chamado desenvolvimentismo, em que tudo fica em um segundo plano, mesmo o desenvolvimento social: este, no entender dos propugnadores daquele, viria como decorrência. Criou-se mesmo, em 1955, no MEC, um órgão famoso [...], o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que transformou o nacionalismo e o desenvolvimento em razão de ser tudo. (IGLÉSIAS, 1993, p.270).

O ISEB, embora criado no Período anterior (14/7/55), esteve diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, foi encapado pelo Governo Juscelino com a intenção de transformá-lo num órgão de assessoria, apoio e sustentação política econômica desenvolvimentista definida no Programa de Metas. Portanto, o ISEB foi um recurso habilmente usado pelo Executivo para realizar a propaganda do desenvolvimento e, principalmente, para fortalecer a política do Estado, especialmente a sua ideologia. Segundo Weffort (1966, p.72) a partir dos anos 50, foi que a “ideologia de Estado alcançou seus maiores índices de afluência política. Basta lembrar a respeito que não apenas o ISEB foi uma agência do Estado como resguardava sempre uma ênfase em suas diversas variantes de concepção nacionalista”.

Apesar do ISEB não ter patrocinado integralmente a Ideologia desenvolvimentista, nunca deixou de dar ampla cobertura ao desenvolvimento capitalista no Brasil, sendo considerado pela elite no poder como a única saída de superação do subdesenvolvimento.

Com relação à educação o ISEB vai se referir ao seu desenvolvimento de forma racional e voltada para o campo administrativo e técnico. Já o comportamento do Governo JK com relação à educação básica, ocorreu a partir de 1959, quando da publicação de um manifesto dos educadores brasileiros intitulados "Mais uma vez convocados". Tratava-se de uma alusão a um outro manifesto, lançado em 1932 pelos mesmos educadores, o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Fernando de Azevedo, redator do primeiro texto, redigiu também o de 1959, que foi assinado por 189 pessoas ilustres, entre as quais Anísio Teixeira, igualmente signatário do primeiro.

Após um intervalo de 25 anos, reavivava-se a plataforma de um grupo que ficara conhecido como os Pioneiros da Escola Nova. Sua bandeira, desde os anos 30, consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela.

Com respeito ao Manifesto de 1959, foi divulgado em meio a um debate sobre o ensino básico que não era novo, mas se tornou mais intenso por uma série de razões. Além de se estar vivendo uma situação crítica, era preciso definir o papel do Estado diante da educação. A Constituição de 1946 previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e por isso mesmo, em 1948, o então ministro da Educação, Clemente apresentara um projeto de lei ao Congresso. A lei alteraria regulamentações estabelecidas por Gustavo Capanema que, após uma longa gestão no Ministério da Educação, de 1934 a 1945, fora eleito deputado federal, dando início ao que seria uma longa carreira parlamentar. A presença de Capanema no Congresso impediu o prosseguimento das discussões, razão pela qual mais de uma década se estenderia desde a apresentação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases ao Legislativo até sua aprovação.

No final dos anos 50, quando o debate se reacendeu, de um lado estavam os

educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova, fortalecida pela presença ativa e militante de Darci Ribeiro e de outro, os defensores da rede privada de ensino, que achavam que as famílias deviam ser livres para escolher que tipo de ensino queriam para seus filhos, e que tinham no então deputado Carlos Lacerda seu porta-voz. Naqueles anos de árdua luta pela escola pública, o educador Anísio Teixeira acabou sendo perseguido pelos bispos católicos, que em 1958 lançaram um memorial acusando-o de extremista e solicitando ao governo federal sua demissão da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Esse episódio gerou o protesto de 529 educadores, cientistas e professores de todo o país que, num abaixo-assinado, se solidarizaram com Anísio Teixeira, evitando que fosse demitido.

Os "escola-novistas" acabariam por ver suas teses derrotadas ao ser aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, já no governo João Goulart O art. 95 da Lei 4.024 previa que a União dispensaria sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de subvenção e financiamento a estabelecimentos mantidos pelos estados, municípios e "particulares", para a compra, construção ou reforma de prédios escolares, instalações e equipamentos. O país, na época, não tinha recursos para estender a rede oficial de ensino, que marginalizava quase 50% da população em idade escolar. Deliberou-se pela expansão da rede privada, mas a extensão dos benefícios da educação não alcançou o conjunto da população mais carente que permaneceram fora da escola.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Desenvolvimento e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 50**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>>. Acesso em: 28 Abr. 2008.

CUNHA, Marcos Vinícius. **A educação no período JK: os centros de pesquisa do INEP**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html>. Acesso em: 29 Abr. 2008.

MEDEIROS, Rodrigo L. **Planejamento e estratégia de desenvolvimento: revisitando JK.** Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/5encontro/docs/UGF-Planejamento_e_estrategia_de_desenvolvimento_no_Bras.pdf>. Acesso em: 02 Maio. 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. São Paulo. 1975.. Tese de Mestrado. USP.

IGLESIAS, Francisco. Trajetórias Políticas do Brasil.1500-1964. São Paulo.Companhia das Letras.,1993.

OLIVEIRA, Juscelino K. Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda. 1955.

KUENZER, Acácia Zenaide. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 4 ° edição. São Paulo. Cortez, 1993.

MARX, KARL e Friedrich Engels; Textos sobre a Educação e Ensino. 4 °Edição.São Paulo Centauro. 2004.